

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E O COMBATE AO BULLYING RACISTA

Afro-brazilian literature and the racist bullying combat

Jane Célia Bento da Cunha

Introdução

A Lei 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada pela lei 10.639/2003 para incluir no currículo oficial da rede de ensino básico a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o objetivo de que os profissionais em educação ressaltem e trabalhem nas salas de aula a cultura afro-brasileira e sua importância para na formação da sociedade brasileira. Não deixando de lembrar a dura realidade com que africanos foram capturados do continente africano, bem como a trajetória no Oceano Atlântico, a chegada ao Novo Mundo, suas contribuições nas diversas áreas como a economia, música, língua, culinária, dança, religião e sua resistência ao trabalho forçado a que foram submetidos durante séculos.

O presente trabalho é fruto do Curso de Especialização Uniafro: Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, oferecido Universidade Federal do Acre-Ufac.

E para atender uma exigência do curso e pré-requisito para obtenção do título de Especialista em relações étnico-raciais tínhamos que desenvolver um projeto de intervenção na escola onde estivéssemos lotados como docentes, que abrangesse atividades que contemplassem o cumprimento da Lei 10.639/2003.

Este projeto de intervenção foi desenvolvido na escola municipal Edmundo Pinto de Almeida Neto, município de Bujari/AC. Tem por título: A literatura afro-brasileira e o combate ao bullying racista na escola Edmundo Pinto de Almeida Neto.

Escolheu-se trabalhar essa temática em primeiro lugar com o objetivo de despertar nos alunos o interesse pela leitura de contos afro-brasileiros e a desconstrução de uma visão eurocêntrica que costumamos apreciar na literatura corriqueiramente trabalhada anos a fio nas escolas de nossos pais. Em segundo plano achou-se oportuno incluirmos um assunto bem contemporâneo que é o fenômeno bullying, em especial aquele desferido contra a figura do negro com estereótipos negativos que tem se perpetuado por longas datas. Que para nossa tristeza é o que temos presenciado cotidianamente no ambiente escolar entre crianças e adolescentes, alunos e funcionários da escola.

O projeto de intervenção educacional que realizamos é uma tentativa de responder aos apelos da realidade na qual a comunidade educativa está inserida. A sociedade é composta de pessoas diferentes entre si, não somente em função de suas personalidades singulares, como também de classe ou grupo social.

O continente africano é composto por 54 países onde falam muitas línguas diferentes, e esses povos ao chegarem aqui no Brasil foram misturados para que não se comunicassem, e assim não criassem estratégias de fuga ou resistência. E ainda assim, nunca deixaram de resistir ao trabalho escravo, nem que tivesse que perde seus costumes e a memória de seus antepassados.

A história retratada nos livros didáticos por muitos anos do povo africano foi de um povo sem memória, sem referência ao passado de homens e mulheres livres antes da escravidão. Ocultando que África é o berço da civilização, mostrando apenas esse Continente como sinônimo de miséria e doenças, seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. Como escreveu o historiador africano Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante. Esquecendo-se de mencionar o outro lado desse continente no que tange às riquezas que lá havia como as pedras preciosas, o Egito como parte desse continente e sua contribuição para a medicina, escrita, arquitetura, engenharia, técnicas de mineração as mais avançadas da época, etc.

Mesmo após cento e vinte e sete anos de abolição da escravatura no Brasil, lei assinada pela princesa Isabel em 1888 mediante muita pressão dos já existentes movimentos negros clandestinos que objetivavam a libertação dos mesmos através das revoltas e fugas para os quilombos, e dos países que já haviam aderido ao movimento antiescravista. E levando em consideração que esse componente étnico foi de suma importância para formação da sociedade brasileira e da qual faz parte com mais de cinquenta por cento de sua totalidade, pesquisas nos revelam que a sociedade brasileira é preconceituosa e racista. Pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular apontou que apesar de 92% dos brasileiros admitirem que exista racismo em nosso país, apenas 1,3% dos brasileiros se considera racista. (ÉTORE; MEDEIROS, 2014).

Embora esse racismo seja camuflado, o que torna mais difícil ainda de ser desconstruído na mente das pessoas pelo fato delas não admitirem o que são na verdade. Visto que a cultura europeia foi a que se sobressaiu entre as três principais que formaram a nação brasileira: indígena, africana e europeia.

A Lei acima citada é fruto de algumas políticas públicas resultante da pressão dos movimentos negros, que visam reparar alguns danos sociais sofridos pela descendência dos africanos, e que ainda assim essas leis sofrem resistência para serem implementadas em nossa sociedade.

Apesar da publicação da Lei n. 10.639/2003 que institui obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar da Educação Básica e a aprovação subsequente das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais em Educação e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo do Ensino Básico, em julho de 2004, ainda assim pouco se ouve falar nas escolas a respeito da implementação dessa lei.

Visando minimizar o preconceito, as práticas de discriminação e racismo contra o negro – parte integrante na formação do povo brasileiro – tornou-se obrigatório em todas as modalidades de educação ser trabalhado essa temática. Por essas entre outras razões recai sobre os ombros de cada profissional da educação a incumbência de desconstruir o que foi perpetuado por centenas de anos acerca do componente étnico negro, levando-o a “[...] internalizar sentimentos negativos e de inferioridade em relação a si mesmo e ao grupo negro” (PASSOS, 2006, p. 6). É preciso desconstruir conceitos que “[...] tendem a inferiorizar os afro-brasileiros no meio educacional e social” (VALENTIM, 2011).

Diante da realidade dos fatos mencionados e da importância dessa temática, foi que a Universidade Federal do Acre – Ufac, abriu suas portas através da Professora Mestra Flávia Rocha e sua equipe, mediante projeto aprovado junto ao MEC, para a realização do curso de especialização para as questões étnico raciais, voltado para um público de professores das redes municipais e estaduais de Ensino, com o objetivo de prepará-los para disseminarem em seus respectivos locais de trabalho e com seus familiares uma educação antirracista e com a implementação da Lei 10.639/03. Que na data de abertura do curso fazia dez anos de sua aprovação, mas que pouco se ouvia falar no ambiente escolar sobre as suas atividades destinadas ao cumprimento dessa lei durante todo o ano letivo, o que era trabalhado apenas em datas específicas como o dia 20 de novembro e o 13 de maio.

Conhecendo o passado para entender o presente

No livro “*Meu Brasil Africano*”, cujas autoras são Teresa Silva e Mariana Melo, no capítulo 1º, intitulado “Áfricas” nos leva a romper uma visão eurocêntrica da história do

continente africano e a enxergar por um outro viés a história dos povos que lá viveram e os que vivem hoje.

Por muito tempo e até pouco tempo atrás, os livros de história e geografia que circulavam nas escolas do nosso país, referiam-se ao continente africano de uma maneira singular, simplista, sem levar em consideração a diversidade cultural que existia entre os povos que ali habitavam antes da chegada dos colonizadores europeus.

O continente africano, terceiro maior do mundo, ocupa uma área de aproximadamente 30 milhões km², localizado em grande parte na zona climática tropical, logo seu clima é predominantemente quente.

Geógrafos utilizam, frequentemente, duas divisões regionais distintas ao se referirem a África, a primeira e mais usada atualmente seguem os critérios étnicos e culturais e tomam como referência espacial o deserto do Saara que divide o continente em duas regiões: a África do Norte e a África Subsaariana. A segunda divisão leva em consideração critérios como características históricas, socioeconômicas e culturais, divide o continente em cinco macros regiões a saber: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral.

Levando em consideração a imensa extensão territorial do Continente africano, antigos reinos e impérios que existiram desde a antiguidade, em nossos livros didáticos mencionavam unicamente o reino do Egito, ignorando a existência de outros reinos e povos que quando trazidos escravos para o Brasil, trouxeram consigo um legado cultural, tecnológico e científico, fundamental do ponto de vista econômico, social e cultural para a formação do povo brasileiro. No entanto isso jamais foi mencionado nos livros até bem pouco tempo, mesmo com a promulgação da lei 10.639/2003, pouco se fazia referência ao negro e quando mencionado, retratava uma imagem negativa sendo motivo de chacota pelos mais variados estereótipos.

Recentemente, segundo as autoras, os livros didáticos começaram a buscar um novo olhar para o continente e passaram então a abordar os Estados, Reinos e Impérios que lá se desenvolveram, contemporâneos aos reinos medievais europeus, ou em muitos casos, muito mais antigos do que eles.

Também vale salientar que é falsa a ideia que os africanos constituem um único povo. “Áfricas” no plural faz menção à diversidade de povos que hoje vivem lá, cada qual com sua cultura, sua história, sua identidade própria, sua singularidade, que juntas formam uma pluralidade, ou seja, só existe África no plural. Identidades formando uma identidade,

múltiplas culturas formando uma única cultura, mas que sejam respeitadas em suas particularidades.

De um modo geral “não podemos entender a história, se não conhecermos a história da África”. Hoje, depois de muitos estudos até mesmo arqueológicos, a África é considerada o berço da humanidade, não se pode falar de história sem mencioná-la. É falso o conceito que a história surgiu com a escrita e, é contraditório dizer que a escrita surgiu lá, pois a escrita é sinônimo de civilização e a África não é civilizada baseada no conceito de civilização, ou partindo de uma visão eurocêntrica.

Ki-Zerbo em uma entrevista com René Holeystein no livro “Para Quando África” deixa bem claro que esse continente foi impedido de se desenvolver, foram embargados pelos invasores e colonizadores. Foram alienados, isto é, foram substituídos por outros, inclusive no seu passado e na sua história.

Ainda segundo Ki-Zerbo, “Desde o séc. XVI até os nossos dias, a África foi inibida. Foi confinada à imitação, ao consumo das invenções de outrem. Foi desresponsabilizada, do ponto de vista do progresso técnico e industrial” (Ki-zerbo, 2006, p. 40).

Desde o séc. XVI e com ênfase maior no séc. XIX, os europeus invadem completamente a África saqueando todas as suas riquezas como: ouro, estanho, diamantes, bauxita, cobre, urânio e algodão. O que impulsionou a Europa para a industrialização, ou seja, para a revolução industrial.

Outro fato importante que vale apenas ressaltar é que povos dos antigos reinos da África citados no livro *Meu Brasil Africano*, já tinham conhecimento nas áreas da medicina, na astrologia, nas técnicas de irrigação, de navegações, de mineração, na agricultura, na pecuária, na metalurgia, nos primeiros escritos, etc. Muitas dessas técnicas e saberes foram utilizadas aqui no Brasil pelos escravos nas diversas áreas conforme o conhecimento de cada um. Ki-Zerbo, também afirma que os africanos fizeram progressos enormes no conhecimento e na utilização das plantas para a cura de doenças como a hepatite e redução das fraturas. Também tinham conhecimento extremamente avançado dos solos, onde parte desse conhecimento se perdeu quando a transferência às gerações era puramente oral, sem registros. Infelizmente, todas essas invenções foram ocultadas, para que os países africanos fossem objetos a explorar, sem terem a possibilidade de realizar um desenvolvimento endógeno.

Do ponto de vista econômico, mesmo com o processo de independência dos países africanos, onde Burkina Faso é o mais novo país independente, a África continua “paralisada no tempo” no séc. XVI, sendo explorada, colonizada e extremamente agrária, exportando

matéria-prima e importando produtos manufaturados, logo, continua vivendo ainda o pacto colonial de outrora.

Embora haja em nosso país um pluralismo de culturas e tons de pele, em virtude da miscigenação existente desde o período de colonização, ainda assim é muito frequente a prática de preconceitos e discriminações em nossa sociedade, no que tange a cor da pele dos indivíduos entre outros motivos. Tais práticas tem se perpetuado, o que reflete no comportamento entre as crianças que frequentam nossas escolas, causando inúmeras situações de agressões físicas e verbais, muitas vezes acontecem desistência e/ou a reprovação dessas crianças, como também de adolescentes. Esse tipo de intolerância é chamado em nossos dias de racismo, o que não deixa de ser um tipo de bullying, e podemos denominá-lo racista. A atitude de preconceito, a discriminação e o racismo estão na direção oposta do que se pretende para a existência de uma sociedade democrática e multicultural por definição.

A sociedade brasileira foi formada sob a mistura de várias culturas e etnias, no entanto a europeia foi a que se sobressaiu, não somente no passado, mas até nos dias atuais. Fomos ensinados a valorizar tudo que viesse do continente europeu, e isso também aconteceu com a literatura, o que nos levou a acreditar que o/a mocinho/a sempre teria que ser branco/a, olhos azuis, modelo do belo e menosprezo da pluralidade de culturas existentes em nossos pais.

Racismo na escola X Bullying

Para compreendermos o termo racismo, primeiro precisamos entender o conceito de raça que no campo das ciências biológicas só existe uma que é a raça ou espécie humana, mas o termo com que estamos corriqueiramente habituados a pronunciar ou a ouvirmos segundo o autor da obra “Raça e os estudos das relações raciais no Brasil” Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, não se trata de um dado biológico, mas de “construtos sociais, formas e identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (p. 153). O que também nos esclarece a autora de “A classificação de cor nas pesquisas do IBGE. Tereza Cristina Araújo (1987), a raça pode ser concebida como “um fato social, referido aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que categoriza” (p. 15).

O racismo não é algo que surgiu de um dia para o outro, por trás desse fenômeno que se apresenta em nossos dias atuais, tem uma história que surgiu ainda nos tempos primitivos, por volta da Idade Média, segundo Antônio Olímpio de Sant’Ana, o tipo de discriminação que

havia naquela época baseava-se em fatores religiosos, políticos, de nacionalidade e linguagem, e não em diferenças biológicas ou raciais como acontece atualmente. Para esse autor, o racismo é fruto de um longo processo de amadurecimento através da exploração da mão de obra barata sem prejuízo nenhum para o branco colonizador e opressor, gerando-lhe riqueza e poder sem nenhum custo extra.

O racismo entre seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos, trazendo muita dor, tristeza, sofrimento e morte para milhões de seres humanos em todo o planeta por causa de sua classe social, religião, profissão, por ser magro ou gordo, e em primeiro lugar por ter a cor da pele preta, pois o negro é a vítima maior do racismo. E acreditamos com base nos estudos realizados e no que já mencionamos que a cor da pele preta é sinônimo de “burro”, “mal cheiroso”, “preguiçoso”, “ladrão”, etc. Estereótipos esses que foram internalizados no próprio grupo étnico negro, causando auto rejeição, e rejeição do outro semelhante, trazendo –lhes o desejo de pertencer a “raça branca” , pelo fato da ideologia que a figura humana do branco é o oposto dos estereótipos negativos já mencionados.

Visando valorizar a cultura negra e o pertencimento étnico-racial, através da literatura infantojuvenil, debates, conversas informais de conscientização do papel importante que a figura negra exerce na formação da nossa sociedade, e a necessidade de ser desconstruído o estigma com o qual o negro foi marcado, e o tratamento desqualificado de maneira estereotipada desde a colonização por parte do grupo cultural hegemônico (onde a branquidade é superior), levando-os a internalizar uma rejeição do próprio pertencimento e ao combate às práticas cotidianas de ofensas das mais diversas que possam existir, com o objetivo de inferiorizar a figura do negro [protagonista na história brasileira], optamos por desenvolver o tema da literatura afro-brasileira articulada ao combate à prática do bullying racista. E em tempo oportuno promover crescimento do ensino - aprendizado dos educandos, levando em consideração a deficiência das habilidades e competências no que se refere à apropriação das normas convencionais da Língua Portuguesa.

A palavra bullying é de origem inglesa, bully que significa valentão, tirano. Esse tipo de relação se dá quando a pessoa agredida se encontra em desvantagem em relação ao agressor, que por sua vez se sente no direito de exercer poder sobre a mesma vítima sem motivos aparentes por um extenso período de tempo, através de comportamentos humilhantes e constrangedores como chutes, xingamentos, tapas, empurrões, obrigar a vítima a realizar atividades contra sua vontade, estragar objetos, extorquir dinheiro e em muitos casos apelidos racistas (o que queremos enfatizar nesse trabalho), trazendo consequências drásticas e muitas

vezes irreparáveis à vítima, sejam elas psicológicas ou físicas, como baixa autoestima, depressão, sentimento de vingança contra o agressor, baixo rendimento escolar, estresse, evasão escolar e até mesmo o suicídio.

Essa prática de violência tem acontecido em vários setores da sociedade, e nas escolas tais práticas têm se disseminado de maneira gritante levando-nos a refletir de maneira imperativa sobre o assunto e que algo precisa ser concretizado no ambiente escolar que minimizem a curto prazo tais intolerâncias e a longo prazo a sua erradicação.

A escola, além de ser uma instituição de ensino que deve estar comprometida com a qualidade do aprendizado do seu alunado, deve ser um ambiente agradável e sadio, onde as crianças possam se sentir protegidas e alegres. Ao contrário de tudo isso em muitos casos, tem sido palco de atos de violência praticados entre os alunos, e se apresenta de forma repetitiva entre os mesmos, onde a vítima sente medo ou vergonha de procurar ajuda para não ser motivo de chacotas entre os amigos, não ter o devido crédito dos pais e professores. E ao nos referirmos à figura do/a professor/a, não é raro a postura que alguns assumem ao acreditarem que tais práticas são apenas brincadeiras de crianças, fortalecendo ainda mais esse tipo de violência e banalizando o sofrimento das vítimas.

Segundo alguns estudiosos sobre o fenômeno bullying, como Cleo Fante e Gabriel Chalita, o bullying é um fenômeno mundial muito antigo, embora tenha passado a ser objeto de estudo e preocupação por volta da década de 1970, sendo a Suécia o primeiro país a realizar investigações sobre o tema, alastrando-se pelos países como Escandinávia, Noruega e toda a Europa. No Brasil, o tema bullying é pouco estudado e faltam estudos e pesquisas em relação ao fenômeno mencionado o que faz com que o Brasil apresente quinze anos de atraso em relação à Europa.

Somente em 1997 se começou a realizar pesquisas sobre o tema, no Brasil. De acordo com Gabriel Chalita, o bullying pode ser dividido em direto e indireto. A forma direta é utilizada com maior frequência entre agressores meninos, como insultos, xingamentos, apelidos ofensivos por um período prolongado, comentários racistas, agressões físicas – empurrões, tapas, chutes – roubo, extorsão de dinheiro, estragar objetos dos colegas e obrigar a realização de atividades servis. A indireta, por sua vez, é mais comum entre o sexo feminino, tendo como características atitudes que levam a vítima ao isolamento social, podendo acarretar maiores prejuízos, visto que pode gerar traumas irreversíveis ao agredido/a.

Rompendo paradigmas

A partir do exposto, ficamos sensíveis com a gravidade da realidade dos fatos comprovados e existentes, diante dos nossos olhos cotidianamente. E que, em muitas situações que já presenciamos, nos posicionamos ou observamos, de maneira inerte, neutra e alheia, como se aquilo fugisse da realidade ou da sociedade em que estamos inseridos, achando muitas vezes que é papel apenas da família disciplinar e corrigir as condutas com que as crianças, adolescentes e jovens manifestam nas escolas.

Partindo desse pressuposto, enquanto educadores que somos, estamos incumbidos da tarefa de promover com responsabilidade e com qualidade à educação dos nossos educandos visando o pleno desenvolvimento destes, conforme citado na Constituição Federal. Não deixando de esclarecer nossas origens, nossos antepassados, o que herdamos destes e a cultura com que fomos ensinados a valorizar de maneira errônea, a qual tem sido reproduzida causando muitos males em nossa sociedade pelo silenciamento da pluralidade de riqueza cultural, artística e racial existentes em nosso país.

Mesmo com a aprovação de algumas leis que favorecem o ensino e propagação da história das culturas africana e indígena, os profissionais em educação se sentem despreparados para trabalharem no que tange a essas temáticas, tendo como causa a falta de esclarecimentos e estudos aprofundados em suas graduações. Trazendo sérias consequências sociais, de relacionamento, crise de identidade, baixa autoestima do grupo que se sente inferiorizado devido ao preconceito e a discriminação.

Segundo Paulo Freire (2002) ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural. Em outras palavras, para que se desenvolva um processo educativo que contemple a formação integral do educando, é preciso respeitá-lo, ensinando-o a valorizar sua identidade, deixando-o à vontade para que se envolva nas atividades escolares de modo que promova sua interação e seu pleno desenvolvimento. Outro fator importante supracitado é a questão do livro didático que pouco contribui para a superação da discriminação da criança negra no âmbito escolar.

Para que isso aconteça é imprescindível que o educador domine as leis, os parâmetros e as ações afirmativas que se referem às questões, supracitadas, no ambiente escolar. É importante que desde a educação infantil seja valorizada a beleza presente na pele negra, nos cabelos encaracolados e não somente o estereótipo da pele clara e olhos azuis, visto que a criança negra enfrenta muita discriminação no âmbito escolar, tanto por colegas, professores, funcionários, quanto pelo próprio material didático que algumas vezes apresenta somente

referência negativa da pessoa negra. É possível notar um pequeno avanço, visto que antigamente não era possível encontrar a figura do negro de forma positiva nos livros didáticos. A criação da lei 10.639/2003 vem para alterar esse método de ensino tanto nos livros didáticos quanto na formação de educadores.

Rafael José dos Santos em seu artigo, *A Questão Étnico-Racial Nas Escolas*, salienta que os docentes enfrentam muitas dificuldades para trabalharem essa temática na sala de aula, por não receberem cursos de formação que aprofundem a obrigatoriedade da lei 10.639/03 e suas implicações. Reforça dizendo que se não houver educadores bem formados para essas questões, pode-se não atingir as metas da qual a lei exige, mesmo com todo o respaldo jurídico com que a mesma está amparada.

José Licínio Backes em seu artigo intitulado *Os estudos étnico-raciais e a ressignificação do currículo da educação básica*, fruto de uma análise em 77 trabalhos aprovados pela ANPED, afirma que os estudos são enfáticos ao mostrar que no currículo da Educação Básica, houve e continua havendo práticas de racismo, seja por parte de educadores, sejam entre alunos, sem que haja uma preocupação em educar para uma educação antirracista. São práticas camufladas, vistas como “brincadeiras”, como “naturais” ou simplesmente não são percebidas. Mesmo quando percebidas, costuma haver um grande silêncio sobre as práticas racistas.

É sabido que, de um modo geral, o currículo trabalhado na Educação Básica organiza-se a partir da cultura hegemônica, que cotidianamente circulam estereótipos sobre os negros, contribuindo para a inferiorização dos mesmos onde a discriminação acontece de forma implícita trazendo um silenciamento de tais práticas.

Na análise feita aos trabalhos foi observado dois tipos de ressignificação. O primeiro tipo está ligado à luta histórica para mostrar que a educação brasileira serve aos interesses do grupo cultural hegemônico, isto é, serve aos interesses da branquidade, portanto o currículo é racista. O segundo tipo de ressignificação provocada no currículo tem a ver com experiências positivas que estão em curso na educação básica.

José Licínio afirma em sua pesquisa que os currículos que veiculam na educação básica carregam uma visão estereotipada, sem que sejam vistos como formas estratégicas de posicionar os sujeitos afro-brasileiros nas margens da sociedade, deixando perpetuar por séculos um currículo que leva os sujeitos de outras culturas a se sentirem inferiores, reforçando processos de discriminação e racismo. Por outro lado podem ser implementadas práticas curriculares de educação antirracista na educação básica, chamadas de micro ações

afirmativas, ou seja, ações que questionem constantemente as práticas de racismo, de estereotipia, de inferiorização dos negros. Isso mostra que um currículo antirracista, se colocado como objetivo, como algo necessário para o processo educativo, é possível, se a intenção for criar uma sociedade social e racialmente justa.

É de grande importância que o professor esteja atento a qualquer tipo de discriminação na escola, porque tal violência pode acarretar danos irreparáveis conforme citados anteriormente.

Pensando na implementação da lei supracitada e na preparação de profissionais da educação aptos para trabalharem no espaço escolar uma educação antirracista visando a valorização do pertencimento étnico dos seus educandos, a diversidade na qual estamos inseridos e a desconstrução de preconceitos e discriminação em grande escala ao componente étnico negro foi que a Universidade Federal do Acre abriu suas portas para a realização de duas especializações que tratassem das questões étnico-raciais destinadas ao público alvo, professores de qualquer instituição de ensino.

As especializações oferecidas foram: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola. Fazíamos parte da última mencionada. E para atender as exigências do curso, uma das últimas etapas a ser realizada seria a aplicação de um projeto de intervenção na escola, de maneira que fizesse parte do projeto político pedagógico da mesma e que objetivasse sensibilizar o corpo docente e envolvê-los nas atividades pedagógicas, de modo a promover práticas antirracistas e a execução da lei 10.639/2003 no âmbito escolar.

O projeto de intervenção pedagógica foi realizado no município de Bujari na escola municipal Edmundo Pinto de Almeida Neto. Pelo fato de ainda ser um município relativamente novo e em desenvolvimento, ainda é um município com uma economia extremamente agrária, possuidor do 2º maior rebanho de gado do estado do Acre. Bujari se situa a 23 km a Norte - Oeste de Rio Branco, elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Bujari, pela Lei Estadual nº 1031, de 28-04-1992, alterado pela Lei Estadual nº 1066, de 09-12-1992, que o desmembrou de Rio Branco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

A princípio desejávamos sensibilizar e envolver no projeto todos os professores de 1º ao 5º ano do turno da manhã, tendo como desafio trabalhar literatura afro-brasileira de maneira a proporcionar conhecimento para as crianças de outras obras literárias que não fossem as de praxe, que exaltam sempre o modelo europeu, e que as crianças negras

pudessem se sentir parte dos enredos apresentados, ver-se refletidas nas personagens, valorizar e respeitar a cultura afro-brasileira, sentindo-se parte integrante dessa diversidade, onde a pluralidade de culturas existentes na sociedade em que estamos inseridos é resultado da mistura de muitos povos que a formaram desde muito tempo atrás, estando em destaque o negro, o índio e o branco. Conheçam um pouco de nossa história e aprendam a conviver de maneira harmoniosa, seja no âmbito escolar, familiar ou em qualquer outro espaço.

Parte dessas crianças vivem próximas à escola na zona urbana, outras vivem nos ramais, locais de difícil acesso na época de chuvas, ou em fazendas das redondezas. Muitos que vivem nessas fazendas são filhos de pais que trabalham nesses locais.

O primeiro passo para execução do projeto foi uma conversa com a direção da escola sobre o que seria desenvolvido e o consentimento em relação ao mesmo, em seguida com os demais funcionários que compõe o corpo docente, procurando convencê-los da importância da temática, na qual está inserida a lei 10.639/2003. Enquanto falávamos notamos que alguns ficaram com os olhos fitados, pareciam surpresos com o que estava sendo exposto, outros continuaram “batendo papo”, demonstrando o menor interesse pelo o que estava sendo abordado, no entanto todos concordaram em aplicar as atividades propostas em suas respectivas salas de aula.

O próximo passo foi conhecer o acervo literário da sala de leitura, dando ênfase nos contos afro-brasileiros tomando como critério os editados a partir de 2004, data após a promulgação da lei acima citada.

Em contra partida não houve por parte dos coordenadores de ensino e pedagógico, a pretendida atenção e importância para a temática, colocando outro projeto de leitura para ser executado à frente do nosso, deixando para outra oportunidade nossa intervenção, o que nos causou uma tremenda tristeza e preocupação. Diante do atraso e vencimento da data para a execução do projeto, não tínhamos outra alternativa a não ser aplicar a intervenção apenas em uma sala de aula, tendo assim que mudar todo o roteiro planejado com os demais professores.

A intervenção pedagógica foi realizada com estudantes entre sete e nove anos de ambos os sexos do segundo ano do ensino fundamental. Foram utilizados contos afro-brasileiros, sondagem na oralidade sobre o tom de pele diferentes e debates de conscientização concernentes à prática do bullying racista.

Teve como culminância uma oficina com a professora Jaycelene Brasil da rede estadual de ensino, que trabalhou na secretaria da igualdade racial, militante das questões étnico-raciais e tutora do curso de especialização Uniafro da Ufac.

A literatura com que nos aprofundamos na sala de aula, foi uma obra da escritora Maria Cristina Furtado, com ilustrações de Ellen Pestili. Intitulado “Pretinho, meu boneco querido”.

Iniciou-se com uma indagação para as crianças: “por que somos de cores diferentes?” As respostas foram as mais diversas que poderiam surgir. Dentre as respostas que surgiram, queremos aqui enfatizar as que mais nos chamaram atenção. A maioria respondeu que era porque Deus nos fez assim, outros disseram que era por causa da cor de nossos pais, outros buscaram resposta no que a bíblia nos relata sobre a criação do homem proveniente do barro, afirmaram que Deus havia feito alguns com barro branco e outros com barro preto.

Prosseguindo com o assunto das cores, fizemos a leitura do livro: “Por que somos de cores diferentes” de Carmem Gil com tradução de Rafael Mantovani e ilustração de Luis Filella. O mesmo nos apresenta crianças de cores diferentes de várias localidades do planeta que se encontraram num acampamento, excursão desenvolvida pela escola. Os questionamentos que elas faziam entre si com relação aos diferentes tons de pele, levou o monitor do grupo a contar um pouco da história dos povos que vivem na África do Sul, sua posição geográfica, que proporciona maior quantidade de raios solares e a produção de melanina, que funciona como uma espécie de guarda-chuva para proteger a pele à exposição dos raios solares. Quanto mais exposto ao sol, maior será a produção de melanina e o escurecimento da pele.

Diante do apresentado no livro e nas rodas de conversa sobre a criação da nação brasileira, desafiamos os pequenos a formularem melhor suas respostas em casa com a ajuda de familiares, concorrendo uma premiação a melhor resposta. As três melhores respostas foram votadas pela turma, obtendo a maior quantidade de votos à resposta de uma aluna negra chamada Kemilly, ao nos afirmar com suas próprias palavras que nós do Brasil somos de cores diferentes porque a nossa nação foi formada com a presença de vários povos como o índio que já viviam aqui, os portugueses que vieram depois e os negros que vieram da África para trabalharem aqui como escravos. Então reforçamos o assunto sobre os africanos vindo da África, como foram “arrancados” de seus familiares e continente, por que vieram e o modo como resistiram à escravidão.

O segundo passo ou estratégia foi trabalhar com os pequenos uma literatura afro-brasileira que abordasse o preconceito, a discriminação racial em diálogo com a prática do bullying, e esse de caráter racista.

Escolhemos então o livro de Maria Cristina Furtado por título; “Pretinho meu boneco querido”. Que retrata a história da personagem Nininha, a protagonista, colecionadora de bonecos. No dia em que completou oito anos sua mãe a levou em uma loja de brinquedos para que escolhesse o brinquedo de sua preferência. Quando avistou aquele lindo boneco pretinho da cor de sua pele, se apaixonou levando-o para sua casa. Nininha tinha um segredo, seus bonecos adquiriam vida todos os dias. Após a ida de Nininha para a escola, a arrumadeira limpava o quarto dela, e ao sair fechando a porta, todos os bonecos adquiriam vida e começavam a brincar: jogavam bola, andavam de bicicleta, de carrinho, etc. Pretinho tornou-se o boneco preferido de Nininha, que o levava para passear em todos os lugares, menos para a escola, pois sua mãe não permitia. Pretinho não era aceito pelos outros brinquedos do quarto, entre eles a boneca Fafá, uma boneca branca de olhos azuis. Apenas a boneca de pano era sua amiga de verdade, com quem sempre brincava, e o defendia nas situações de discriminação dos seus colegas contra ele.

Só que essa predileção da criança pelo boneco acabou provocando ciúmes nos outros brinquedos do quarto que implicavam sempre com Pretinho. Ele, então, passou a acreditar que seus problemas de convívio derivavam do fato de que era diferente dos outros brinquedos, por causa da sua cor. Nininha não entendia o motivo pelo qual pretinho sempre estava escondido no seu guarda-roupa, até que em um belo dia ao retornar da escola mais cedo, se deparou com uma enorme confusão que quase acabou numa tragédia, por parte dos outros bonecos que o insultavam, o empurravam, batiam-no, falavam para ele não tocar em seus brinquedos para não deixá-los com mancha preta e ao tocá-los iriam sujar-se, e tudo que ele fazia, diziam logo: “tinha que ser o boneco preto”. Motivo pelo qual sempre estava escondido no armário choramingando. Nesse dia a confusão foi muito pior, queriam dar um banho nele com água e sabão, com a intenção de tirar-lhe sua cor preta, e, pintá-lo com outras cores.

Armaram tudo usando um balde de água, sabão e tintas coloridas. Chamaram-no para brincar de espelho ao olhar-se na água e ver seu rosto refletido na mesma. E pensando que era verdade, que eles queriam de fato ser seus amigos, aceitou o convite. Mas para sua maior decepção deram-lhe vários “caldos” no balde d’água até deixá-lo zozinho. O boneco procura reagir empurrando o boneco Malandrinho, mas o ursinho Malaquias segura pretinho covardemente, enquanto Fafá pega o sabão. No entanto pretinho recebe ajuda da boneca de pano e consegue fugir pela janela, o que quase resultou em sua morte, pois o Hulk, o cachorro da casa, estava solto e era muito bravo.

Nininha ao chegar no quarto e perguntar várias vezes por pretinho sem obter resposta, todos ficam emudecidos, começa a ficar muito aflita. Foi quando a boneca de pano em soluços quase não conseguindo falar, diz que Hulk o comeu, deixando Nininha ir desesperada atrás de sua mãe. As duas o procuram por toda parte, mas sem sucesso a menina volta para o quarto, e, começa a conversar muito sério com todos os bonecos sobre o ocorrido, de maneira a sensibilizá-los do sofrimento que estavam causando a todos pelas suas atitudes discriminatórias contra pretinho, dizendo-lhes que maltratar alguém pela sua cor ou raça chama-se discriminação, que por sua vez é crime.

Ela continua, indagando que não acredita que ainda existam pessoas que ajam assim, pois os afrodescendentes são muito importantes e que a cultura africana está dentro de cada brasileiro. Está presente na música, na religião, nos alimentos, na formação dos hábitos, costumes, crenças... E começa chorar desconsolada, todos abaixam a cabeça. De repente ouvem uma vozinha vindo da janela, é pretinho. Seus antigos agressores arrependidos o ajudam a subir, pedem-lhe perdão, pretinho os perdoa trazendo muita alegria novamente ao quarto de Nininha, que se tornou um ambiente de respeito mútuo e valorização às diferenças. Todos se abraçam, cantam e dançam. Pretinho agora é chamado pelo seu nome: Carlos.

Além do já exposto, procuramos realizar rodas de conversa para questionamentos e esclarecimentos sobre a formação do povo brasileiro, a valorização dos povos e culturas presentes na nossa sociedade.

Finalizando a semana, na sexta-feira, recebemos em nosso espaço escolar para uma oficina de sensibilização das políticas de igualdade racial na escola, a professora Jaycelene Brasil.

O convite se estendeu para todo o corpo docente, o que aconteceu de forma escrita no mural da sala dos professores e não de maneira formal por parte da gestão. Percebemos com isso a falta de interesse ou não dar importância a uma temática de extrema relevância como essa. Nem mesmo a sala foi arrumada com os aparelhos solicitados nem testados no horário previsto, tendo que interromper muitas vezes a apresentação dos slides.

No momento da oficina houve muitos questionamentos por parte dos professores a favor e contra ao que estava sendo discutido, com esclarecimento de muitas dúvidas. Aconteceu sorteio de livros e revistas para os professores sobre a temática exposta e comentada. Entre os assuntos tratados, podemos aqui dar ênfase às políticas afirmativas para negros, a cor da pele segundo IBGE e um pouco de história sobre a diáspora e continente africano.

Considerações Finais

Da mesma forma como foi observada a falta de interesse dos coordenadores e professores na escola, acredita-se que esse quadro não seja raro nas demais escolas espalhadas no estado, e porque não dizer país?

O Brasil foi um dos países que mais recebeu africanos em seu território, é o segundo país com a maior população negra do mundo e ainda assim, foi necessário leis serem aprovadas através da pressão dos movimentos negros para que os direitos desse grupo fossem respeitados, e se conceda igualdade de oportunidade para esse grupo tão massacrado outrora pelo trabalho escravo, e hoje é massacrado pelo preconceito, discriminação e racismo.

Sabemos que mesmo com todo respaldo jurídico com que as leis têm em especial, nos referimos à lei 10639/2003. Os professores se sentem despreparados para trabalharem tal temática, que por séculos foi silenciada gerando na mente das pessoas ser normal práticas de preconceito e discriminação, principalmente no ambiente escolar, o que passa despercebido aos olhos de muitos professores e outros envolvidos no âmbito escolar perpetuando a ideia de que são apenas brincadeiras de crianças não dando a devida importância para esses fatos que geram muito sofrimento e dor.

Diante do mencionado percebemos a relevância desse Curso de Especialização para a Educação das Relações Étnico-raciais para os professores e que estes possam se ver incumbidos da tarefa de desconstruir primeiro em suas mentes, depois em suas práticas pedagógicas e intervenções cotidianas para a desconstrução do racismo no ambiente escolar e comunidade onde estão inseridos.

E se cada um de nós fizermos um pouquinho, poderemos não mudar da noite para o dia a nossa realidade, mas a médio e longo prazo estaremos contribuindo para uma sociedade mais justa socialmente e igualitária, onde a pluralidade de povos e culturas possam ser vistos como uma riqueza, como um patrimônio que deve ser cultivado e preservado pelas gerações presentes e futuras.

Referências

ARAÚJO, T. C. N. 1987. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 63, p. 14-15, nov.

BACKES, J. L. 2013. Os estudos-raciais e a ressignificação do currículo da educação básica. *Contra Pontos: Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí*, v. 13, n.º 1, jan./abr.

BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

CARVALHO, M. 2005. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Revista Brasileira de Educação*, jan./abr., n.28.

CAVALLEIRO, E. 2000. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. Educação e Poder: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Summus.

CHALITA, G. 2008. *Pedagogia da amizade*. Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Gente.

CURY, A. 2003. *Pais Brilhantes, Professores Fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante.

FANTE, C. 2005. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. São Paulo: VeruS

FREIRE, P. 2002. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GUIMARÃES, A. S. A. 1999. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 54, p. 147- 156, jul.

KI-ZERBO, J. 2006. *Para Quando África?* : entrevista com Réne Holenstein. RJ: Pallas.

MEDEIROS, É. ; POMPEU, A. 2014. Brasileiros acham que há racismo, mas somente 1,3% se consideram racistas. Brasília: *Correio Braziliense*.

PASSOS, Joana Célia dos. **Jovens negros:** trajetórias escolares, desigualdades e racismo. 29ª Reunião anual da ANPED, Caxambu, 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006. Somos Todos Diferentes e Iguais: Trabalhando a Inclusão Através da Literatura Infantil, *Revista Construir Notícias*, nº 29, ano 05, jul./ ago.

MUNANGA, K. 2005. *Superando o Racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

TELLES, T. S. ; MELO, M. 2013. *Meu Brasil Africano*. Rio de Janeiro: IBEP.

VALENTIM, S. S. 2011. Relações étnico-raciais na educação profissional à EJA: reflexões acerca da formação continuada de professores. 34ª Reunião anual da ANPED, Natal.

RESUMO

O presente trabalho denominado *Literatura afro-brasileira e o combate ao bullying racista*, surge da intervenção pedagógica realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Edmundo Pinto de Almeida Neto, situada no município de Bujari/AC, proveniente da pós-graduação UNIAFRO: Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, realizado durante o mês de julho, do ano de 2015, junto à turma de 2º ano do ensino fundamental, onde foram realizadas atividades e discussões sobre a promoção da Igualdade Racial. Apresentando-se aqui as condições e circunstâncias que motivaram a realização do projeto, sua metodologia - que envolveu as atividades de leitura de contos afro-brasileiros e as discussões que foram elaboradas com o intuito de proporcionar reflexões sobre a influência da cultura africana nos hábitos, conhecimentos e valores de nossa sociedade – bem como o seu desenvolvimento e resultados.

Palavras-chave: Igualdade Racial. Racismo. Bullying. Discriminação.

ABSTRACT

The present work named *Afro-Brazilian literature and fight against the racist bullying* emerges from the pedagogical intervention done at the municipal Elementary School Edmundo Pinto de Almeida Neto, placed in the city of Bujari/AC, from the post graduation from UNIAFRO: Politics of racial equality promotion at School, performed during June 2015 with Elementary students from the 2nd year, which did activities and discussions about the Promotion of Racial Equality. Here I present the conditions and circumstances that motivated the achievement of this project, its methodology - which involved reading of Afro-Brazilian tales and elaborated discussions in order to provide thoughts about the influence of African culture in our society habits, knowledge and values - as its development and results.

Key-words: Racial Equality; Racism; Bullying; Discrimination.